

**José Fernando  
Andrade Costa**

Universidade  
Estadual de Feira  
de Santana  
[https://orcid.  
org/0000-0002-  
5677-0093](https://orcid.org/0000-0002-5677-0093)  
jfacosta@uefs.br

**Ruas e redes: esfera pública digital  
e lutas sociais na experiência de  
integrantes de mandatos coletivos**

**Streets and networks: digital public  
sphere and social struggles in the  
experience of members of  
collective mandates**

**Calles y redes: esfera pública  
digital y luchas sociales en la  
experiencia de integrantes  
de mandatos colectivos**

## RESUMO

O artigo trata da relação entre lutas sociais e redes sociais de internet a partir dos resultados de um estudo teórico e empírico sobre a experiência de integrantes de mandatos coletivos. Buscou-se discutir os impactos da nova transformação estrutural da esfera pública mediada pelas mídias digitais sobre o comportamento político dos atores sociais. Foi possível observar que a configuração atual da esfera pública demanda uma combinação entre atividade nas redes e nas ruas, exigindo dos participantes uma compreensão crítica do funcionamento e ambiguidade dos algoritmos e plataformas digitais. No caso dos mandatos coletivos brasileiros, o uso político das redes sociais de internet é reconhecido como uma estratégia adicional para a luta cotidiana, mas que não substitui a interação face a face e a ocupação do espaço público fora das telas.

**Palavras-chave:** esfera pública; comportamento político; mandato coletivo.

## ABSTRACT

This article deals with the link between social struggles and internet social media. It is based on the results of a theoretical and empirical study on the experience of members of collective mandates in Brazil. We discuss the impacts of the new structural transformation of the public sphere mediated by digital media on the political behavior of social actors. It was possible to observe that the current configuration of the public sphere demands a combination of activity on networks and on the streets, demanding from participants a critical understanding of the functioning and ambiguity of algorithms and digital platforms. In the case of Brazilian collective mandates, the political use of internet social media is recognized as an additional strategy for the daily struggle, but it does not replace face-to-face interaction and the occupation of public space outside the screens.

**Keywords:** public sphere; political behavior; collective mandate.

## RESUMEN

Este artículo trata sobre el vínculo entre las luchas sociales y las redes sociales en internet. Se basa en los resultados de un estudio teórico y empírico sobre la experiencia de miembros de mandatos colectivos en Brasil. Discutimos los impactos de la nueva transformación estructural de la esfera pública mediada por los medios digitales en el comportamiento político de los actores sociales. Se pudo observar que la configuración actual de la esfera pública exige una combinación de actividad en las redes y en la calle, exigiendo a los participantes una comprensión crítica del funcionamiento y la ambigüedad de los algoritmos y las plataformas digitales. En el caso de los mandatos colectivos brasileños, el uso político de las redes sociales de internet se reconoce como una estrategia adicional para la lucha cotidiana, pero no reemplaza la interacción cara a cara y la ocupación del espacio público fuera de las pantallas.

**Palabras-clave:** esfera pública; comportamiento político; mandato colectivo.

Submissão: 30-5-2023

Decisão editorial: 27-11-2023

## **Introdução**

No século XXI vive-se uma vida cada vez mais conectada e atravessada pelas redes sociais de internet. Os impactos da exposição a telas e o tempo crescente que se tem dispendido nessas redes configura um importante campo de estudos e debate público atual. Considerando que as redes sociais de internet possuem implicações não apenas de interação, trabalho e consumo, mas também possuem efeitos sobre o grau de democratização de uma sociedade, convém indagar a respeito da relação dessas mídias com as lutas sociais.

As lutas populares costumam se condensar de forma relativamente silenciosa por meio de experiências de desrespeito e sentimentos de injustiça para então explodir no espaço público por meio de protestos mais ou menos pacíficos (HONNETH, 2003; 2017). A luta social pode ser entendida como um processo psicossocial na medida em que comporta elementos de aprendizagem tanto para os indivíduos diretamente envolvidos, quanto para a coletividade (COSTA, 2022). Nesse sentido, é possível afirmar que a luta é pedagógica. Ocorre que a interação social mediada pelas redes sociais de internet não possui as mesmas características da presencialidade, isto é, do estar junto e lutar face a face por uma mesma causa. Po-

demos então perguntar: quais os impactos dessa nova configuração da ação política que combina estar ativo nas redes e nas ruas sobre o comportamento de integrantes de coletivos e movimentos sociais?

Para responder a essa pergunta, foi realizada uma pesquisa teórica sobre esfera pública digital e comportamento político, recorrendo a publicações acadêmicas disponíveis em bases de dados *online*, por meio de uma revisão não sistemática da literatura especializada da última década (2013-2022). Especial destaque foi dado às discussões críticas sobre capitalismo digital e a abordagem psicológica do comportamento político mediado por mídias digitais.

De forma complementar e ilustrativa, foram utilizados alguns dos resultados de uma pesquisa empírica com militantes e ativistas de mandatos coletivos e populares sobre o papel das mídias digitais para suas lutas cotidianas. Nesta etapa, o método utilizado foi o estudo de caso expandido (BURAWOY, 2009), o qual visa articular a compreensão de processos macro e microssociais pela abordagem profunda e teoricamente informada de situações singulares. Aqui, a discussão teórica sobre esfera pública digital e comportamento político possibilitou abordar o fenômeno dos mandatos coletivos à luz da singular experiência de luta de seus integrantes.

Ao todo participaram da etapa empírica oito participantes, sendo realizada uma entrevista e observação participante presencialmente, em 2019, enquanto as demais entrevistas foram realizadas por videochamada, entre 2020 e 2022. Além das entrevistas, foi realizada extenso mapeamento das publicações em redes sociais de internet, inspirado pela técnica emergente de “netnografia”. O perfil dos participan-

tes é composto por membros de mandatos coletivos, populares e compartilhados eleitos entre 2016 e 2020. Foram entrevistados representantes de coletivos políticos de diferentes regiões do país: Mandato Coletivo (Alto Paraíso – GO), Mandato Compartilhado (Belo Horizonte – MG), Mandato Popular (Feira de Santana – BA) e Mandata Ativista (São Paulo – SP). Quanto aos aspectos éticos, a pesquisa empírica foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Neste artigo, vamos visitar brevemente o conceito de esfera pública digital (1); depois passaremos por algumas considerações sobre a relação entre redes sociais de internet e comportamento político (2); e, por fim, vamos discutir as novas configurações das lutas sociais conectadas, trazendo a voz de militantes e ativistas que têm ocupado o legislativo em mandatos coletivos e populares (3). Esperamos contribuir para uma agenda de estudos atuais sobre os impactos da “vida conectada” sobre a participação e atuação política.

## 1. Esfera pública digital

Os estudos sobre a esfera pública digital costumam defini-la, de modo geral, como um espaço social comunicativo provido ou baseado por mídias sociais – dos *websites* às redes sociais de internet, passando pelos *weblogs* e *micro-blogs* – na qual a participação é aberta e livremente avaliável por praticamente qualquer pessoa (SCHÄFER, 2015). O impacto da acessibilidade aos equipamentos digitais e à internet tem sido tão grande que é possível falar

em uma segunda mudança estrutural da esfera pública (SCHÄFER, 2015; SCHEUERMAN, 2023). Ao mesmo tempo em que a esfera pública digital se consolida com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, cresce a demanda por estudos que contribuam para compreender seus impactos para a vida política (FUCHS, 2021; COHEN; FUNG, 2023).

Não há consenso sobre o potencial dessas mídias para a efetiva democratização das sociedades. Por um lado, os “ciber-otimistas”, utopistas e net-entusiasmados advogam pelo reconhecimento das vantagens da rede mundial de pessoas conectadas, apontando para a riqueza de informações disponíveis; para o fato de que, de certa forma, as pessoas ficaram mais participativas encontrando espaço nas redes para emitir opiniões e produzir conteúdos colaborativos, para além da mediação de mercado<sup>1</sup>.

Por outro lado, há os “ciber-pessimistas”, que são mais céticos quanto à efetividade da participação nas mídias e observam que, ao invés de uma tendência ao pluralismo, a internet acentuou as “bolhas” de interesse, favorecendo a organização de grupos extremistas (por exemplo, neofascistas), além de destacarem que as redes tendem a reduzir a interação genuína e amplificar as ameaças, discriminações e violências devido a sensação de segurança dos participantes que se escondem por trás do anonimato ou ambiguidade dos avatares. Esses pesquisadores (mais realistas), também questionam a correlação de força distinta entre usuários e corporações, de modo que a circulação nas redes favorece os poderes econômico

---

<sup>1</sup> A influência do poder econômico sobre a circulação de informações sempre levanta preocupação com a efetividade da esfera pública enquanto “caixa de ressonância” dos anseios da sociedade civil (HABERMAS, 2021).

e político que impulsionam seus interesses e obtêm maior visibilidade (SCHÄFER, 2015; FUCHS, 2021).

Outras análises apontam para a “colonização da internet” ao destacar o modo específico como se dão as relações de poder nos ambientes digitais conectados. Segundo Valente e Peschanski (2021), num primeiro nível, há formas situacionais de coação, como a imposição de limites jurídicos às redes; num segundo nível, opera a arquitetura institucional da rede, que inclui ou exclui pontos de discussão segundo os interesses gerenciais dominantes, criando entraves à diversidade de agendas nas redes; num terceiro nível, mais geral, o próprio sistema das redes se configura acima e para além das ingerências institucionais específicas, resultando em uma forma específica de limitação das vontades públicas em um ambiente de interações aparentemente quase infinitas. Isso não impede, contudo, que surjam formas de resistência dentro e fora das redes, inclusive para tematizar a democratização dessas novas mídias, como a Coalização Direitos na Rede (#DireitosNaRede), o Creative Commons e os projetos colaborativos Wiki, entre outros.

No âmbito concreto das relações de trabalho, a expropriação avança no capital financeirizado por meio da chamada “uberização da vida” e das formas de “trabalho plataformizado” (ABÍLIO, 2021; GROHMANN, 2021). A existência de trabalhadores e trabalhadoras precarizadas nesse “capitalismo digital” é cada vez mais frequente e se espalha pelos mais diversos setores e escalões de trabalho. Rafael Grohmann sintetiza o perfil geral do mundo do trabalho plataformizado:

Não há um único perfil de trabalhador ou de plataforma. Ocorre que há múltiplas plataformas oferecendo,

por meio de trabalhadores, transporte de pessoas e coisas, trabalho doméstico, serviços gerais (desde encanador até *drag queen* e Papai Noel), *design* etc., realizados nas ruas ou de dentro de casa. Existe desde a *Crème de la Crème*, plataforma francesa considerada “a primeira comunidade seletiva de *freelancers*”, até as inúmeras plataformas do chamado “microtrabalho”, que alimentam processos de inteligência artificial (IA) e podem se subdividir em três tipos: a) produção de dados com relação à IA (como Amazon Mechanical Turk, Lionbridge e Appen); b) moderação comercial de conteúdo (como Pactera e Cognizant); c) fazenda de clique (a maioria delas brasileiras, como Dizu, Ganhar no Insta e Siga Social). Cada uma dessas plataformas apresenta um perfil distinto de trabalhador. No Brasil, o perfil dos entregadores é: negro, jovens e homens. Já os motoristas em geral são homens mais velhos, brancos e pardos. As plataformas de trabalho doméstico têm uma força de trabalho mais feminizada. Nas plataformas de “microtrabalho”, há distinções internas, pois os trabalhadores do Lionbridge e do Appen, por exemplo, têm mais escolaridade e domínio de idiomas do que os chamados “bots humanos” das fazendas de clique – que passam o dia curtindo, compartilhando e comentando posts no Instagram a serviço de empresas, influenciadores e políticos (existe até mesmo um mercado paralelo de compra e venda de contas falsas e *bots*). Ou seja, o fato de a platformização do trabalho tender à generalização não significa um processo homogêneo, mas sim que ela se manifesta de maneira distinta, a depender do tipo de plataforma, e também com características diferentes, a depender dos contextos geográficos (GROHMANN, 2021, p. 43-44).

Segundo Grohmann, a diversidade e complexidade desse universo é algo tão grande que somos obrigados a recusar a ideia de que exista algo como um “panóptico algorítmico”. Tampouco existe um único proletariado digital. O que há, de fato, são complexas

tramas da luta de classes no capitalismo financeirizado do século XXI, onde tanto os processos de dominação e opressão quanto as formas de resistência e luta social adquirem um novo patamar dentro e fora das mediações tecnológicas. Um exemplo da possibilidade de revolta “desde baixo” foi o Breque dos Apps, a greve nacional de entregadores por aplicativo em julho de 2020, que deu pistas importantes sobre as possibilidades de organização de trabalhadores gerenciados por sistemas algorítmicos projetados para dificultar a formação de uma solidariedade de classes – os entregadores são considerados “empreendedores” que prestam serviços às grandes empresas tecnológicas. O que vimos foi uma pressão sobre as brechas desse sistema, na qual os trabalhadores utilizaram criativamente outros mecanismos de “mídias sociais proprietárias”, como o WhatsApp, para sua auto-organização e formação de uma solidariedade de classe espalhada pelas diversas redes sociais de internet com palavras de ordem como “Bloqueio injusto, não!”. A compreensão sobre o alcance efetivo dessas lutas mediadas pelas redes demanda uma análise sobre a dimensão individual dos participantes da esfera pública digital.

## **2. Redes sociais de internet e comportamento político**

As redes sociais de internet são uma realidade do capitalismo do século XXI: emergem em meio à precarização do trabalho e a intensificação das lutas sociais. Patrícia Rossini (2014) observou que as mídias sociais de internet se conectam com as lutas por reconhecimento dos grupos minoritários, articulando a experiência cotidiana de desrespeito em novas bases

simbólicas capazes de constituir rapidamente aquele entorno político e cultural que Honneth (2003) ressaltava como condição necessária para a articulação de um movimento social contestatário. Uma vez que as experiências compartilhadas de desrespeito ganham visibilidade e circulam pela rede, os movimentos sociais podem dar vazão aos impulsos de protestos e ocupar a esfera pública com pautas que, de outro modo, dificilmente conseguiriam se espalhar pelo debate público.

Quando pensamos na emergência de lideranças disputando não apenas as formas tradicionais de ocupação das ruas e instituições, mas também da esfera pública digital como parte integrante das lutas sociais, temos que refletir sobre os impactos dessa mediação tecnológica sobre o comportamento político. Há estudos experimentais que discutem aspectos benéficos do engajamento em causas políticas para a construção de um bem-estar psicológico e social dos indivíduos, indicando uma dupla via entre a motivação intrínseca que leva as pessoas a participarem de assuntos públicos e o fato de que a participação coletiva reforça essa disponibilidade pessoal de engajamento (KLAR; KASSER, 2009). Isso não significa que os ganhos psicológicos de fazer parte de um coletivo e fomentar uma identidade política estejam apartados da vivência de situações negativas, muitas delas relacionadas com situações de desrespeito. A depender da pauta, forma de organização do movimento e do estilo de vida das pessoas, o engajamento na luta pode resultar não apenas em processos de aprendizado político quanto aos repertórios de ação do grupo, mas também em modos de canalizar as

motivações emocionais e expressivas de cada pessoa (ROSA; KLANDERMANS, 2022).

Embora essas pesquisas ajudem a compreender as motivações que são mobilizadas por quem se engaja em uma luta, a abordagem estritamente psicológica do fenômeno acaba sendo reducionista, pois as lutas estão sempre conectadas com a dinâmica das relações sociais históricas. Por essa razão, outros estudos psicossociais preferem tratar dos efeitos psicológicos da participação política desde referenciais mais abrangentes, como o materialismo dialético. Neste caso, o comportamento político é identificado à luz da crítica da ideologia hegemônica (CHAUÍ, 1980; JAEGLI, 2018), entendida como sistemas de ideias que afetam social, política e emocionalmente a vida das pessoas, instilando falsas crenças e valores autodestrutivos, que não apenas as empurram para o individualismo, como dificultam a organização coletiva transformadora:

As ideologias<sup>2</sup> mudam a ação individual intencional, instalando um conjunto de falsas crenças sobre as

---

<sup>2</sup> Neste artigo estamos trabalhando com a concepção crítica de ideologia, tal qual como desenvolvida no campo das teorias críticas (CHAUÍ, 1980). Isso significa que ideologias aqui não são tomadas como simples ideias ou posições pessoais frente ao mundo social, mas como processos de crenças, atitudes e "certezas" que decorrem da forma como a sociedade é estruturalmente organizada e dividida por interesses de classes. A força da ideologia consiste, precisamente, em fazer prevalecer a visão de mundo da classe dominante sobre todas as demais de modo que as ideias dominantes, em cada época, são as ideias da classe dominante da época. Não se trata, contudo, de uma "falsa consciência" inculcada nos sujeitos, como argumenta Rahel Jaeggi (2008). Os processos de dominação ideológica são complexos, pois as ideologias constituem práticas sociais efetivas. Um exemplo atual é a concepção ideológica da figura do "cidadão de bem" que corresponde, na prática, a uma figura autoritária e antidemocrática (COSTA, 2021).

propriedades causais do mundo e sobre como os arranjos existentes afetam os interesses de uma pessoa. Indivíduos racionais, operando sob as garras de uma ideologia, empreenderão ações que são contrárias aos seus interesses materiais e objetivos, mas são totalmente racionais, dadas as falsas crenças que possuem sobre o mundo social que habitam e suas suposições errôneas sobre seus reais interesses e valores, o que os leva a se abster de ações políticas direcionadas a derrubar o sistema de classes (SILVA; EUZÉBIOS FILHO, 2021, p. 16).

De certa forma, acaba sendo um processo doloroso para cada pessoa empenhar-se em conhecer melhor a realidade, para além da experiência imediata vivida. Por isso há um ditado que diz “a ignorância é uma bênção”. Ocorre que, na realidade, os efeitos objetivos da dominação e da opressão cotidiana tornam impossível buscar a realização e satisfação pessoal em um mundo de sofrimento generalizado, de modo que, a pessoa “ignorante feliz” também sofre, precisamente por ignorar esse mundo. Não foi por acaso que Martín-Baró (1997), inspirado por Paulo Freire, insistiu que a tarefa histórica da psicologia latino-americana deve ser a de assumir a *conscientização* como horizonte da prática profissional em qualquer contexto de ação. Isso não quer dizer algo como uma prerrogativa técnica de “iluminar” aqueles e aquelas cuja consciência está na escuridão; pelo contrário, trata-se de reconhecer que as pessoas mobilizam sua consciência cotidianamente ao lutarem por melhores condições de vida, mas que a força da dominação e opressão a que estão submetidas impede que essa mobilização da consciência avance o máximo possível. Por isso, deve-se trabalhar *em conjunto* com as populações marginalizadas para desvelar as condi-

ções objetivas da dominação material e psicológica que bloqueiam os processos de mudança social. Conscientização não é um processo somente racional, mas inclui também a mobilização de afetos positivos e visa o desenvolvimento dos potenciais de ação de indivíduos e grupos a partir de sua experiência concreta de vida. Para isso, Baró (1997) recomenda partir das situações negativas vivenciadas, mas sem perder de vista as virtudes existentes e a capacidade de mobilizar a consciência das pessoas – que devem ser potencializadas –, para assim lograr progressivamente a desnaturalização e desideologização da experiência cotidiana.

As interações mediadas pela internet podem favorecer ou dificultar processos de conscientização e engajamento em lutas. Um estudo sobre a “psicologia do ativismo online” (GREIJ DANUS et al., 2020) avaliou a relação entre participação política dentro e fora das redes, mostrando que as comunidades ativistas online raramente são isoladas, mas geralmente estão conectadas com diversas formas de protestos off-line. Isso significa que, cada vez mais, protestos de massa e revoltas mais ou menos espontâneas, podem ocorrer sem a mediação de estruturas formais – como sindicatos ou partidos políticos –, mas dificilmente estão alheias das redes de internet, o que pode ser considerado, do ponto de vista da dinâmica das lutas, “que estamos testemunhando o nascimento de uma forma inteiramente nova de ação *conectada*: a mobilização desde abaixo ocorre quando a ação é convocada em cascata por meio de redes de pessoas conectadas” (GREIJ DANUS et al., 2020, p. 49). É claro que a internet não é a única maneira de organizar as lutas “de baixo para cima”, uma vez que, desde antes

do século XIX intensas revoltas de camponeses recorriam aos instrumentos disponíveis na época, como os panfletos, assembleias comunitárias, rumores etc. No entanto, o grau de escala crescente da interação conectada tem levado a luta social a outro patamar de complexidade.

Diversas mídias digitais são porosas à circulação de debates públicos e a formas de luta dentro e fora das redes, porém a circulação das informações não necessariamente leva a mais democratização ou a transformações emancipatórias e libertadoras. Por um lado, algumas formas de ativismo online, embora busquem “ativar” a esfera pública para o debate público em prol de uma determinada causa, podem ser praticamente inócuas caso se resuma à lógica do apoio por um clique ou a assinar uma petição online. Este é o caso do que tem sido chamado de “*slacktivism*”. Por outro lado, as mídias sociais também são utilizadas para bloquear o descontentamento de diversos coletivos sobre assuntos de ordem política, seja por meio de processos psicossociais ideológicos de desinformação de massa – altamente especializados em termos estéticos para transmitir as chamadas “*fake news*” –, seja por meio do modo de funcionamento do algoritmo das empresas que dominam o mercado das redes.

Como observa Amanda Jurno (2021, p. 48), “os algoritmos das plataformas podem ser poderosas máquinas ideológicas que se escondem sob um mito de objetividade, camuflando ideias e preconceitos dos humanos que os projetam”. Podemos assumir que os algoritmos são uma forma sofisticada de “poder da mídia”, no sentido apontado por Habermas ao descrever a esfera pública em estado de repouso, com a

diferença de que, “como a grande maioria das plataformas tem como base a versão brutal de capitalismo do Vale do Silício, os algoritmos podem ser pensados como aparatos ideológicos que moldam nosso olhar cotidianamente com base nos valores caros a esse modo específico de produção” (JURNO, 2021, p. 49). Os algoritmos são desenhados para alcançar resultados de mercado a partir da manipulação de enormes quantidades de dados (“*big data*”) sobre as populações usuárias. A partir de cálculos especializados, são definidos os padrões de ação e interesse que definem o “perfil do usuário” para a venda de anúncios “sob medida” ou para a venda de dados a outras empresas que poderão lucrar com essas informações desenhando serviços para grupos específicos. Para funcionar, a mediação algorítmica precisa nos influenciar a permanecer mais tempo usando as redes, gerando assim mais dados e nos deixando mais expostos a anúncios.

Tomemos como exemplo a plataforma Facebook. Seu modelo de negócios é baseado em três grandes frentes: 1) usuários; 2) comerciantes e anunciantes; e 3) desenvolvedores. Sua principal fonte de renda vem da segunda frente, mas as três se interligam e se fundam nos dados dos usuários. Como sua renda está diretamente ligada à veiculação e segmentação de anúncios, quanto mais dados a plataforma coletar, melhor vai compreender o comportamento dos usuários e poderá gerar previsões e modelos mais acurados. Tal conhecimento pode ser usado para melhorar a experiência de acesso, entregando conteúdos e estimulando reações que mantenham os usuários por mais tempo em suas fronteiras, mas também pode servir de moeda de troca nas relações comerciais para

veiculação de publicidade. Quanto mais os algoritmos direcionam e segmentam os anúncios, através de uma sofisticada arquitetura da persuasão, maior a taxa de conversão do anunciante. . . . *Através desses dados, os algoritmos vão paulatinamente moldando o comportamento dos usuários* (JURNO, 2021, p. 50-51, grifos nossos).

Esse império do algoritmo acompanha a transformação das formas de vida conectadas. Cada vez mais estamos dependentes de aparelhos eletrônicos conectados com a internet. Durante a pandemia de Covid-19, para grande parte da população, a experiência de relacionamento com os outros foi marcada pela mediação de telas e plataformas. O excesso de telas tem sido apontado na literatura como um efeito prejudicial à capacidade humana de interação, a tal ponto que tem sido comum certa dependência das redes sociais e aparelhos eletrônicos<sup>3</sup>. Já faz parte dos dicionários, por exemplo, a palavra “*phubbing*”, que designa pessoas que permanecem olhando para seus dispositivos eletrônicos enquanto estão conversando com outra pessoa *tête-à-tête* (ELOVITZ, 2022).

Este é um problema fundamental para a Psicologia Social. Segundo Ecléa Bosi (2003, p. 117):

não houve época em que, como a nossa, se visualizasse tanto... a imagem imóvel do jornal, a imagem

---

<sup>3</sup> Já existe um debate no campo psiquiátrico sobre a dependência de aparelhos digitais, chamada “nomofobia”, derivado de “*no mobile*” + “*fobia*”, isto é, a ansiedade gerada por ficar um tempo prolongado desconectado. Outro exemplo é a ansiedade “FOMO”, de “*fear of missing out*”, isto é, o medo de “ficar de fora” de uma novidade ou acontecimento que se passa nas redes sociais. Os efeitos práticos da dependência induzida pelas mídias deve se tornar cada vez mais objeto de estudo e intervenção para as ciências psicológicas e sociais.

móvel do cinema, da televisão... Essas imagens têm autoridade sobre nós: e para nos invadirem elas nos pedem apenas o trabalho de ficarmos acordados. O estereótipo nos é transmitido com tal força e autoridade que pode parecer um fato biológico.

A força da ideologia se traduz na estereotipização do pensamento e na redução das defesas contra as formas tecnológicas de administração da vida e controle das preferências, que reduzem a experiência de solidariedade e fomentam o egoísmo: “o mundo é opaco para a consciência ingênua que se detém nas primeiras camadas do real” (BOSI, 2003, p. 122).

Convém resgatar a questão fundamental levantada por Ecléa Bosi (2003): *que preço temos que pagar, psicologicamente, pela insubmissão?* Como evitar o conformismo decorrente de processos de socialização acrítica em uma sociedade de atrasos, como o mundo do capital? Se o repouso no estereótipo, nas explicações dadas pela ideologia dominante, nos conduz a uma capitulação da percepção e a um estreitamento do campo mental, então como mobilizar a consciência crítica e o pensamento livre? Essas questões têm sido muito perseguidas pela psicologia social crítica latino-americana e todas as tentativas de dar uma resposta passam, em alguma medida, pela mobilização da consciência e por alguma forma de luta.

Em síntese, as relações sociais mediadas pela internet carregam uma ambiguidade característica da participação na esfera pública: por um lado, fomentam a expressão livre e a opinião interessada sobre assuntos comuns; por outro, a força da ideologia e o poder das grandes mídias levam à pseudoformação da opinião, além de dificultar que o debate seja concentrado e escalonado por esses meios contra os

processos de dominação que eles próprios representam. Sendo assim, o papel das mídias digitais para a luta social tende a ser ao mesmo tempo ambíguo e inescapável, pois dificilmente podemos falar em problemas públicos que não passem por intensos debates de opinião nas redes sem que isso necessariamente signifique a formação de frentes de ação coletiva. Como pensar, então, as lutas mediadas pela internet?

### **3. Novas configurações das lutas conectadas**

As redes sociais de internet estão modificando nossa forma de viver. Hoje já há quem viva uma espécie de “vida dupla”, dentro e fora das redes, como, por exemplo, os “famosos de Instagram”, que possuem milhões de seguidores nas redes, mas mal são reconhecidos nas ruas. No entanto, a regra parece ser a vida conectada, pois cada dia mais pessoas ingressam em diversas redes sociais do Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp, Telegram, entre outros serviços de empresas de tecnologia semelhantes. Nessas mídias, as pessoas são simultaneamente atravessadas pelos interesses do império do algoritmo e participam de forma ativa na construção desse universo digital. Um dado acontecimento pode mobilizar as multidões conectadas para apoiar ou “cancelar” uma determinada causa ou pessoa. Chega-se a falar em “linchamentos virtuais” que podem acometer qualquer pessoa ou instituição (embora os linchamentos públicos, no Brasil, sigam acontecendo, fora das redes, contra pobres e negros).

Mas a internet não é nem terra de ninguém, nem é governada apenas pela “lei da tábua”. Mediadas por redes sociais, as pessoas estão encontrando novas maneiras de se relacionar para além da política e do

entretenimento, criando novas formas de solidariedade e de relacionamentos afetivos/amorosos. Essa interação acelerada tem levado a uma mudança nos usos da linguagem: um exemplo interessante são os “termos juvêlicos” que fazem avançar o léxico das lutas de gênero, para além da sigla LGBTQIA+, que já é vista como limitada<sup>4</sup>.

Recentemente, foram conhecidas grandes mobilizações sociais dentro e fora da internet. Para citar alguns exemplos com repercussão importante, temos: nas lutas trabalhistas, #BrequeDosApps, #GreveDosCaminhoneiros; nas lutas feministas, #EleNão, #PrimeiroAssedio, #MarchadasMargaridas; nas lutas ecológicas, #GlobalClimateStrike, #GreveDoClima, #PeopleNotProfit, #PessoasAcimaDoLucro, #FridaysForFuture, nas lutas antirracistas, #BlackLivesMatter, #VidasNegrasImportam, #JusticaPorMoise; entre outras. Embora muitas vezes essas mobilizações nas redes sociais pareçam apenas “batalhas de hashtags”, que na melhor das hipóteses atingem uma posição momentânea nos *trending topics* da vez, podemos supor que é próprio da esfera pública possibilitar a circulação do debate e da opinião como ondas num oceano. Algumas delas conseguem ganhar mais força e alterar a paisagem dos debates mais amplos, quando, por exemplo, se torna notícia na imprensa tradicional, convoca especialistas para falarem em programas de auditório, vira assunto nas universidades, mesas de bar ou nos gabinetes das instituições políticas. Em alguns momentos aparecem oportunidades para novas figuras “surfarem na onda da vez” e ganharem publicidade;

---

<sup>4</sup> Uma lista de termos juvêlicos pode ser conferida em: <https://umegarotealternative.blogspot.com/2019/08/termos-juvelicos.html>

em outros momentos, a própria onda é produzida “de baixo para cima”, a partir de movimentos sociais organizados e pode se espalhar por diversos setores da sociedade e espraiar em novos cantos.

Essas novas práticas já são parte do modo de fazer política na internet, como sempre foram nas ruas os cartazes, panfletos, adesivos. Mas a mediação digital requer uma formação diferente para utilizar o potencial dessas novas ferramentas a favor das lutas. A depender das pautas e do público-alvo, as mensagens circulam por vias distintas. Não há muito espaço para ingenuidade no uso dessas tecnologias com a finalidade de propaganda. Tanto que já existem diversos manuais de instruções sobre o melhor uso possível da comunicação política *on-line*.

A partir da pandemia de Covid-19, no início de 2020, os recursos digitais invadiram o cotidiano com uma proliferação de eventos online, transmissões ao vivo, *lives*, batalhas de *trends*, *stories*, *reels*, *cards* e toda sorte de formas de atrair a atenção em meio à explosão de estímulos nas telas em rede. Nas eleições de 2020, devido a pandemia, a internet foi ainda mais presente do que já vinha sendo nos pleitos anteriores, quando campanhas majoritárias foram vencidas com suporte de empresas de inteligência digital e estratégias de disparos de massa. O efeito ideológico da desinformação de massas manejada por *fake news* precisa ser estudado enquanto uma séria ameaça às democracias contemporâneas.

As tentativas de regulação da internet esbarram em polêmicas que vão desde a defesa da liberdade de expressão – pauta facilmente cooptada por grupos extremistas como alibi para propagar violências e ameaçar as instituições democráticas nas redes – até

a necessidade de fóruns mais amplos e coletivos de decisão sobre os limites da circulação de conteúdos. Não há saída fácil devido aos interesses envolvidos no universo de *Big Tech* e capitalismo financeirizado “digital”. Talvez uma das principais formas de resistência dos movimentos progressistas na era da vida conectada seja pela ocupação da esfera pública digital com novos corpos, pautas e formas de mobilização das bases, isto é, pelo alargamento da eticidade democrática.

Em nossa pesquisa empírica realizada com militantes e ativistas que ocupam espaço da política institucional, falamos sobre o papel das ruas e das redes para as lutas sociais (COSTA, 2022). Uma liderança de um movimento de luta antirracista demonstra esse interesse em ocupar a política por meio das redes, mantendo a crítica sobre os limites das tecnologias:

A gente está vivendo um processo de revolução tecnológica, então eu tenho que me inserir. Não posso ficar para trás. A análise [coletiva que fizemos] é que a gente tem que tomar cuidado para essa porcaria não virar um Black Mirror total e a gente ficar, na verdade, dependente da tecnologia e não a tecnologia dependente do nosso uso (...) O problema é que a tecnologia e as mídias sociais têm reverberado um comportamento, uma atitude de aprofundamento do individualismo, do consumismo. Então esses são os malefícios (Participante 1).

Outra liderança faz a crítica dos meios de comunicação de massa como grandes instrumentos de despolitização, mas ressalta que também podem ser disputados para organizar determinadas lutas, como as das mulheres indígenas:

Por exemplo, no ano de 2020, as pessoas que se candidataram nas eleições municipais se valeram muito dos meios de comunicação em massa, por conta da restrição de estar em contato com as pessoas. Então, os meios de comunicação de massa – tenho grandes críticas a eles –, mas são eles que têm colocado no ar o movimento indígena. Nós tivemos agora, no dia 8 de março, por exemplo, o lançamento de um coletivo nosso de mulheres junto à APIB [Articulação dos Povos Indígenas do Brasil], que se chama Anmiga [Articulação Nacional de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade]. Tem oitocentas mulheres se colocando com suas realidades. Foi por meio de comunicação de massa. Como é que eu vou estar aqui em São Paulo, me conectar com Pernambuco, me conectar com Amazonas, e poder contar, e articular e nos fortalecer juntas? E dizer: “olha, manda pra cá, procura gente daqui, manda um advogado, manda não-sei-o-quê...”. Então, [as mídias] têm favorecido algumas lutas e tem favorecido também as campanhas. Isso ocorre porque as pessoas são “midiáticas”, né? A juventude é muito desse meio de comunicação em massa, e até nós que já não somos da juventude, estamos aí, meio que viciados a estar olhando todo dia [as redes sociais]. Então, eu creio que essa é uma ferramenta importante, mas ela tem que ser usada para o bem, ser usada saindo das fake news, porque com fake news é roubo, é corrupção (Participante 2).

Uma terceira liderança das lutas da periferia urbana, que foi eleita para um mandato legislativo coletivo, analisa de forma pragmática o papel das redes sociais de internet para a ocupação da política institucional:

As redes sociais ajudam muito. Ajudam a formar politicamente, ajudam a divulgar o que a gente faz, porque a única forma da gente fazer essa divulgação é via redes sociais. Então as redes sociais, pra gente lá

do mandato, por exemplo, foram fundamentais. Foi a diferença para a gente se eleger. A gente se eleger via rede social. A gente não tinha condições nenhuma de fazer trabalho de base, de divulgar nosso trabalho, porque não tínhamos grana, né. A gente fez campanha com R\$ 80 mil, frente aos milhões das outras legendas! [Mas] tem um perigo muito grande das redes sociais. Porque com as redes sociais, pós-2013, surgiram os movimentos de extrema-direita, que também usaram as redes sociais para estarem onde estão hoje. E usaram as redes sociais sem ter nenhum tipo de trabalho de base. Então você tem aí vários nomes [cita políticos de direita], que são pessoas que apareceram do nada, você não sabe da onde que vieram, de onde surgiram, mas que usaram bastante as redes sociais para se favorecer (Participante 3).

Essas falas indicam que as redes sociais de internet são cada vez mais percebidas como instrumentos da luta política, sem descartar a possibilidade de organização e formação de base, como poderia se supor se separássemos a “vida conectada”, por um lado, da “realidade cotidiana da mobilização nas ruas e praças”, por outro. Como mostrou Camila Rocha (2018), nos últimos anos também houve a formação de contrapúblicos de direita, por meio de uma articulação entre ruas e redes da web. É importante observar, contudo, que as manifestações de rua dos grupos de direita tendem a ser muito menos frequentes do que as dos grupos de esquerda, enquanto a capilaridade da direita nas redes sociais, sobretudo via fóruns orgânicos e grupos de WhatsApp, parece ser mais efetiva para resultados eleitorais.

Como diz Maria da Gloria Gohn (2018), as redes sociais de internet cumprem um importante papel de articulação entre os debates online e o chamado à ocupação das ruas. Tanto que, para a autora, as

novas tecnologias e aparelhos móveis presentes no cotidiano operaram uma verdadeira revolução na forma de comunicação, principalmente os mais jovens, provocando novas formas de sociabilidade na sociedade civil e, com isso, novas formas de organização, articulação e representação das lutas sociais.

Na trajetória de jovens políticos o uso das redes sociais é estratégico. Há exemplos de aplicativos de campanha que se tornam instrumentos de mandato e que se pretende transformar a relação entre eleitorado e os gabinetes de parlamentares eleitos:

o aplicativo Meu Vereador virou o aplicativo Nosso Mandato, que era para vários parlamentares usarem, e hoje virou o aplicativo Tem Meu Voto. O aplicativo permite vereador, deputado estadual, distrital, federal, senador, para usarem as mesmas coisas. (Participante 5)

Cada vez mais é necessário dedicar tempo de estudo e formação política acerca da mediação das mídias sociais para o trabalho de base. Não há como ignorar a função das redes sociais de internet sobre o comportamento eleitoral da população:

As mídias sociais têm uma relação complicada com a democracia. O WhatsApp, por exemplo, não tem uma interação distribuída, ou seja, você não está interagindo com todo mundo na rede, como é, por exemplo, no Twitter [atual X]. O WhatsApp funciona como se fosse uma árvore que vai gotejando nos galhos dos grupos, onde as pessoas conversam só com quem elas gostam, só com quem ela é próxima. Essa é a característica do WhatsApp, que reforça o pensamento único ou o pensamento entre iguais. E, sobretudo, o WhatsApp, sem a regulamentação, serve como uma espécie de lençol freático de criminalidade: Se eu crio um vídeo falando que você é ladrão e disparo de um

número comprado na Romênia para o Brasil, e isso começa a gotejar aqui, como não se sabe da onde veio, não tem uma punição específica. A mesma coisa com o Twitter. Deveria ter no Twitter uma habilidade de dialogar e interagir com quem tem a posição de verificar o seu perfil. Você olha e vê “eu sou o Gabriel, tá aqui, esse é o meu selfie e eu sou humano, de carne e osso, sob a legislação brasileira, se eu cometer um crime, meu endereço é tal e tal”. O Twitter poderia facilitar isso? Com certeza! E aí eu clico e escolho: eu só quero interagir com gente assim. (...) O Instagram, eu tenho muita simpatia porque, nele, você tem muito a questão de imagem, de perfis que são mais facilmente rastreáveis, e uma lógica de comentário no campo da pessoa. Você pode bloquear alguém de comentar ali, por exemplo. Você pode, com mais facilidade, coordenar o diálogo. (Participante 5)

Algumas das novas organizações políticas que surgiram pós-2013 atuam quase exclusivamente pelas redes sociais, como é o caso de grupos de direita, como o movimento “Vem Pra Rua” e os “Revolta-dos On-Line”. Para Gohn (2018, p. 124), esses seriam exemplos de “organizações movimentalistas”, pois não chegam a se constituir como um movimento social de fato. Outras formas de luta mediadas pela presença das redes sociais são o que a autora denomina de “formas aglutinadas em coletivos”, como a Ocupação Estelita, em Recife. Há ainda as formas típicas de movimentos sociais, mas estes encontram-se irreversivelmente afetados pela lógica das novas tecnologias e, portanto, passam a operar de maneiras muito diversas, podendo variar de estruturas mais tradicionais à estruturas mais orgânicas ou autonomistas. Estes últimos foram chamados de “novíssimos movimentos sociais” e abarcam desde iniciativas tais como o Movimento Passe Livre (MPL) – articulador dos

primeiros protestos contra o aumento da tarifa em Junho de 2013 –, até as difusas ocupações de escolas pelos estudantes secundaristas, em 2015.

Embora a mediação da internet para a luta política seja uma realidade do mundo de hoje, quem se acostuma com a luta tradicional de base, no cotidiano da vida presencial, percebe que há uma diferença entre as ruas e redes no nível da experiência de *estar junto*, algo que a mediação das redes sociais de internet não é capaz de substituir:

Ah, nas redes a gente faz porque é o meio desse século, né? Mas é diferente de você fazer luta na rua. Luta na rua você ferve o seu sangue, você tá com o povo, você vê o povo! Então não tem comparação não. Inclusive a gente sente muita falta [devido a pandemia]. Teve aí o Acampamento Terra Livre que, por exemplo, foi online e a gente sentiu muita falta de não ter ido lá para Brasília. Por mais que se comprometa a participar sentado aqui na cadeira, eu pego minha água, bebo, eu posso até ir ali ao banheiro, dou uma pausa aqui na câmera. Por exemplo, da última vez que eu fui [para o ATL, em Brasília], eu dormi na barracinha lá no chão, usando banheiros químicos. Tem uma diferença em relação a isso. Em relação a que a gente se sente parte da luta. Isso é importante para essa construção, não tem nada igual a rua não. A gente sempre falou na rua. A gente sente falta de ocupar, a gente sente falta de demarcar território, pisando o pé nessa rua aí, mesmo que seja essa rua concretizada por esse povo aí que enfiaram concreto. Essas ruas do concreto, no concreto que tanto explorou gente. Mas a gente quer pisar o pé no chão, quer gritar, quer cantar é junto. E com todo o movimento em prol da defesa de direitos. Se alguém pensa o contrário disso, não quero nem criticar, mas é meio elitista, sabe? Porque você encontra uma pessoa na rua e pode dar um abraço de acolhida e dizer “olha, nós estamos juntas”. O abraço transmite energias! . . . E é

lindo que chegar numa pessoa e [fazendo gesto de abraçar] “e aí, amado, amada”. Eu sinto a acolhida. O abraço cura (Participante 2).

Outro participante, eleito para um mandato popular, faz uma interessante síntese desse processo de lutas sociais entre as ruas e redes:

As redes sociais são extremamente importantes hoje. Apesar de serem controladas por grandes empresas, por estimularem uma relação muitas vezes de vício das pessoas com aquelas formas de interação (...) Não pode ficar pura e simplesmente na mão da livre iniciativa, [pois] é uma coisa muito importante para sociedade. Tão importante que se constitui numa esfera pública, e, por isso mesmo, ela não pode ficar a bel-prazer dos programadores e controladores dessas empresas que visam, em última instância, o lucro privado. (...) Mas, ao mesmo tempo, isso não substitui a rua. É complementar. (...) Todo processo de mobilização social se apropria das formas de comunicação mais avançada que tem em sua época, especialmente as revoluções que tem como marca aquela transgressão, transgressão que eu disse no sentido de inventividade histórica, de fazer o que até então não era feito, de colocar coisas que eram consideradas impossíveis. (...) Existe uma complementaridade. A grande questão é como as coisas se encaixam? Não pode haver aquilo que é, muitas vezes, um pensamento corrente de dizer assim “as redes substituem as ruas”, “não está dando para fazer um ato, mesmo antes da pandemia, porque dá pouca gente”, “as pessoas não vão” e tudo mais, então nós fazemos um abaixo-assinado virtual e tá dado e é por aí. Isso é problemático porque, como eu disse, quebra essa ideia de complementaridade, e passa a noção de que o novo substitui o anterior e não é bem assim que as coisas se processam na História, especialmente na luta social (Participante 4).

Nesse sentido, os movimentos sociais acompanham o desenvolvimento das tecnologias de comunicação em cada tempo histórico, assimilando e discutindo, criticamente, os limites e possibilidades dessas ferramentas para a ação política concreta. A novidade da esfera pública digital está na magnitude do seu potencial de alcance das pessoas e, ao mesmo tempo, no risco de que a “revolução digital” opere como contra-revolução prática sobre os movimentos emancipatórios. A tensão entre essas duas possibilidades produz um efeito de aprendizagem sobre os atores políticos, os quais reconhecem que, na atualidade, não é possível prescindir do uso das redes sociais, mas também não se deve aderir a essas ferramentas como substitutivas da ação presencial, face a face, nas ruas. Assim, a relação entre ruas e redes ganha uma dimensão crítica na experiência de militantes e ativistas, pois desvendar a lógica de funcionamento do algoritmo das redes passa a fazer parte do repertório da luta social.

### **Considerações finais**

Podemos concluir que tanto as ruas como as redes são formas de ocupar a esfera pública e, portanto, fazem parte da cultura política das sociedades que se pretendem democráticas neste início de século XXI. Não é exagero dizer que o grau de democratização de uma sociedade depende cada vez mais da capacidade de integrar e permitir a fluidez do debate público tanto nas instituições do sistema político tradicional quanto nas arenas discursivas das redes sociais de internet. Isso não significa que agora esteja mais fácil encontrar boas resoluções para problemas públicos. Na verdade, provavelmente ficou

mais difícil na medida em que a situação se tornou mais complexa.

Estamos assistindo a novas possibilidades de compreender os sentidos de emancipação e das lutas sociais desde a experiência de vida dos indivíduos e grupos sociais marginalizados uma vez que a esfera pública digital possibilita a repercussão de suas pautas, por vezes antes invisíveis. O grande desafio é fazer ecoar os anseios de transformação social por meio de canais que não são mais tão bem estabelecidos, como nas tradicionais mobilizações anteriores à difusão da internet como arena de debate público. Nessa conjuntura, podemos assumir que a separação entre ruas e redes não ocorre mais como esferas separadas ou antagônicas, mas como partes integrantes da mesma *vida conectada*, isto é como uma praça ou vila onde os atores políticos se encontram sempre duplamente: no chão dos encontros face-a-face e na nuvem das tecnologias digitais.

Considerando que as lutas emergem da experiência de vida e atravessam as relações sociais cotidianas, as contribuições de uma abordagem psicossocial crítica podem ser úteis para processos de desideologização e mobilização da consciência crítica nesta quadra da história em que ruas e redes parecem estar irreversivelmente conectadas. Isso inclui tanto compreender a mediação afetiva das posições políticas quanto fazer a crítica dos processos ideológicos de regressão social que, cotidianamente, modelam as crenças e atitudes dos sujeitos sociais.

## Referências

ABÍLIO, L. C. Uberização, autogerenciamento e o governo da viração. **Margem esquerda – revista da Boitempo**, vol. 36, pp. 55-69, 2021.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BURAWOY, M. **The extended case method**: four Countries, four decades, four great transformations and one theoretical tradition. University of California Press, 2009.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. Coleção Primeiros Passos. Brasiliense, 1980.

COHEN, J.; FUNG, A. Democratic responsibility in the digital public sphere. **Constellations**, v. 30, pp. 92-97, 2023. DOI: 10.1111/1467-8675.12670.

COSTA, J. F. A. Quem é o "cidadão de bem"? **Revista Psicologia USP**, v. 32, e190106, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190106>.

COSTA, J. F. A. **Só a luta muda a vida**: um estudo sobre lutas sociais e mandatos coletivos na atual crise da democracia brasileira. Tese de doutorado (Psicologia Social). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022.

ELOVITZ, P. H. Sherry Turkle on Conversation and Empathy Versus Artificial Intelligence (A.I.). **The Journal of Psychohistory**, v. 49, n. 3, pp. 230-234, 2022. Disponível em: < <https://www.proquest.com/docview/2627193316> >. Acesso em 05/02/2022.

FUCHS, C. The Digital Commons and the Digital Public Sphere: how to advance digital democracy today. **Westminster Papers in Communication and Culture**. v. 16, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.16997/wpcc.917>.

GOHN, M. G. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, v. 31, n. 82, pp. 117-133, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792018000100008>.

GREJDANUS, H.; FERNANDES, C. A. M.; TURNER-ZWINKELS, F.; HONARI, A.; ROOS, C. A.; ROSENBUSCH, H.; POSTMES, T. The psychology of online activism and social movements: relations between online and offline collective action. **Current Opinion in Psychology**, v. 35, pp. 49-54, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2020.03.003>.

GROHMANN, R. Trabalho plataformizado e luta de classes. **Margem esquerda – revista da Boitempo**, v. 36, pp. 40-46, 2021.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, A. Is there an emancipatory interest? An attempt to answer critical theory's most fundamental question. **European Journal of Philosophy**, v. 25, pp. 908-920, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/ejop.12321>.

JAEGGI, R. Repensando a ideologia. **Civitas**, v. 8, n. 1, pp. 137-165, 2008. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2008.1.4326>.

JURNO, Plataformas, algoritmos e moldagem de interesses. **Margem esquerda – revista da Boitempo**, v. 36, pp. 47-53, 2021.

KLAR, M.; KASSER, T. Some benefits of being an activist: measuring activism and its role in psychological well-being. **Political Psychology**, v. 30, n. 5, pp. 755-777, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2009.00724.x>.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 2, n. 1, pp. 7-27, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>.

ROCHA, C. “Menos Marx, mais Mises” Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). (Tese de doutorado em Ciência Política). São Paulo: USP, 2018.

ROSA, L.; KLANDERMANS, B. Psicologia Social do Protesto: Um Panorama Teórico a partir da Realidade Brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, pp. 1-15, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003233201>.

ROSSINI, P. G. C. Das redes sociais para as ruas: mídias sociais como novas “armas” na luta por reconhecimento? **Comunicação & Sociedade**, v. 36, n. 1, pp. 301-325, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v36n1p301-325>.

SCHÄFER, M. S. Digital public sphere. In: G. Mazzoleni et al. (eds.) **The International Encyclopedia of Political Communication**, Wiley Blackwell, pp. 322-328, 2015.

SCHEUERMAN, W. E. A not-very-new structural transformation of the public sphere. **Constellations**, v. 30, pp. 42-47, 2023. DOI: [10.1111/1467-8675.12665](https://doi.org/10.1111/1467-8675.12665).

SILVA, A. S.; EUZÉBIOS FILHO, A. Marxismo, consciência e comportamento político. **Linhas críticas**, v. 27, pp. 1-19, 2021.

VALENTE, M. G.; PESCHANSKI, J. A. Colonização da internet e suas resistências. **Margem esquerda – revista da Boitempo**, v. 36, pp. 25-31, 2021.